



----- SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZANOVE-----

----- **ATA NÚMERO DEZASSEIS** -----

----- (Mandato 2017-2021) -----

----- Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de dois mil e dezanove, reuniu no Auditório do Lisboa Ginásio Clube, sito na Rua dos Anjos, número sessenta e três, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Arroios, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Anabela Martins Ferreira da Silva Valente Pires, coadjuvada pelo Primeiro Secretário, Pedro Manuel Dias Louro, e pela Segunda Secretária, Ana Cristina Pocinho Coutinho Antunes, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto 1 – Período de intervenção do público; -----

----- Ponto 2 – Discussão e votação da proposta de isenção de pagamento de taxas de ocupação do espaço público (obras na estação de Metro de Arroios); -----

----- Ponto 3 – Discussão e votação da alteração ao Regulamento de Funcionamento dos Serviços da Junta de Freguesia de Arroios e respetivo organograma. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Joana D’Arc Fernandes Maniçoba Chouriço, Ana Gabriela Naré de Morais Freire, André Filipe Calvário Roma, Gustavo Miguel Pinto Caixinha Marques dos Santos e Maria Luísa Valadas Carvalho. -----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Maria Lúcia Mittermayer Madureira de Almeida Saraiva Borges Leitão, José Manuel Cal Gonçalves e Damião Martins de Castro. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Ana Júlia Ganço Filipe e Joana Filipa Mourisca e Pires Teixeira. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e Ana Luísa Martins Pereira Mirra. -----

----- **Independente** – Vitor Carlos Teles Fernandes. -----

----- **Do Partido “Pessoas-Animais-Natureza” (PAN)** – António Morgado Valente. --

----- Faltaram à sessão os seguintes Membros: -----

----- Carla Cristina Barreto Madeira Silva, que justificou a sua ausência e foi substituída por Maria Luísa Carvalho;-----

----- Maria Eugénia Saraiva Ferreira da Gama e Silva, que justificou a sua ausência e foi substituída por Damião de Castro;-----

----- Margarida Antónia Antunes Barata, que justificou a sua ausência e foi substituída por Joana Teixeira;-----

----- Jorge Manuel André Rodrigues, que justificou a sua ausência. -----

----- Frederico Sapage Lemos Lima Pereira. -----

----- O Executivo da Junta esteve representado pela Senhora Presidente da Junta – Margarida Carmen Nazaré Martins, Secretário – Vitor Manuel da Cruz Carvalho, Tesoureiro – André de Jesus Gomes, Vogal – Maria Adélia Pinto Caixinha, Vogal – Joaquim Maria Prada, Vogal – António José Serzedelo da Silva Marques, Vogal – José Eduardo Vera de Matos. -----

----- Às vinte horas e dez minutos, constatada a existência de *quórum*, **A Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- **Ponto 1 – Período de intervenção do público;** -----

----- **Freguês José da Silva** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa noite. Eu venho falar só duas coisas muito simples, embora já sejam recorrentes nas minhas apresentações anteriores. -----

----- Uma delas tem a ver com a sinalização dos semáforos da Rua Jacinta Marto com a Rua Passos Manuel. Eu alertei para isso há dois meses e o que acontece é que está na mesma. Ainda agora eu passei lá e está igual. -----

----- Na altura, quando eu alertei, o Executivo disse que iria contactar para resolver o assunto, mas se não conseguirem digam-me que eu tento resolver o problema. Vou ao portal da Câmara e faço isso, mas por favor, enquanto não houver ali um acidente parece que não querem resolver e aquilo é uma situação muito grave. -----

----- Por favor digam “nós não vamos fazer” e eu passo a partir de amanhã a contactar a Câmara para tentar resolver, porque eu acho que isso será mais uma tarefa do Executivo e eu não me quero sobrepor ao Executivo. Eu digo isso porque o Executivo tem outras tarefas mais importantes para fazer e é compreensível, mas esta parece-me que é a segurança da população. -----

----- Outra tem a ver com o circuito da Pena, uma coisa recorrente que eu volto a repetir. E o que é que e falo aqui do circuito da Pena? Mais de um mês depois de eu ter estado aqui na reunião para alertar para dois pontos eu contactei o Senhor Vitor Escudeiro porque dois aparelhos estavam avariados, estavam com problemas. Eu contactei e disse-lhe que há mais outros dois problemas, que eu contactei o Executivo na reunião e provavelmente já está informado. “Eu ainda não recebi nenhuma informação”. É por isso que eu digo que o Executivo tem outras coisas mais importantes e, portanto, a partir daí não pode fazer nada. -----

----- Ele resolveu imediatamente os dois problemas relativamente aos aparelhos. Portanto, é um funcionário de quem não tenho nada a dizer, mas quando eu fiz duas perguntas que eu acho que são mais de iniciativa política. Não são de iniciativa técnica e, portanto, isto é, da responsabilidade do Executivo. São apenas estas duas: -----

----- Em que estado está aquela hipótese que eu tinha colocado de se colocar a informação no circuito também noutra língua ou noutras línguas, para alargar o âmbito daquele circuito? O que ele me disse é que está no vácuo. -----

----- A outra e mais importante, na altura em que havia uma única Freguesia da Pena, não estava unida com as outras duas, havia dois circuitos de manutenção. Eu perguntei-lhe a ele qual é o motivo, ele provavelmente não seria funcionário na altura da Junta da Pena ou por qualquer outro motivo, porque ele começou-me a dizer que o outro circuito era perigoso e eu perguntei-lhe porquê, “porque se passa pela estrada”. Eu disse “Estrada? Desculpe, mas isso não é verdade”. -----

----- Portanto, eu acho que aqui deve haver uma iniciativa política e haja uma justificação para algo que existia, que eram dois circuitos, reduzir-se a um. Não vejo vantagens nenhuma e acho que uma Freguesia que aposta na diversidade, que fala o tempo todo na diversidade, deve apostar também na sua oferta na diversidade, que isso não tem custos adicionais. -----

----- Tem que se tomar as medidas de segurança, porque eu alertei para o Senhor Vitor Escudeiro que mesmo este circuito atual tem uma zona de transição, que é preciso passar uma passadeira. O outro, acho que tinha mais duas ou três, não é os 875 metros que ele me respondeu. Portanto, eu acho que isto é do teor da política e não propriamente do teor de um técnico que me possa responder. -----

----- Portanto, em vez de voltarem a dizer que o Senhor Vitor Escudeiro volta a contactar e ele não contacta porque não é contactado, gostaria se possível ser informado aqui. Muito obrigado, boa noite.” -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** começou por dizer que lamentava, mas tinha que ser um pouco agressiva, porque na sua terra costumava-se dizer “quem não sente não é filho de boa gente” e achava uma falta de respeito dizerem que na questão dos semáforos a Junta não estava preocupada e que era uma questão política. -----

----- Realmente era uma questão política e tanto era que se o freguês quisesse podia mostrar-lhe as cartas que foram para a Câmara Municipal, a entidade competente para essa área. O freguês também como cidadão podia escrever o que desejasse no portal, porque também recebiam as reclamações do portal e a própria Junta fazia reclamações diárias de situações que eram postas pelos fregueses. Não podiam era mudar a sinalização. -----

----- Quem mudava a sinalização era a Câmara Municipal, era quem tinha essa responsabilidade. O Vereador dessa área tinha conhecimento. -----

----- O freguês não podia dizer que não interessava à Junta politicamente, porque isso não lhe permitia nem a ninguém. Que desculpasse, mas era assim, o senhor não podia dizer que não interessava à Junta e que ia fazer o trabalho da Junta. Não precisava que o senhor lhe fizesse o seu trabalho, porque se quisesse fazer o seu trabalho podia ser candidato e fazia o seu trabalho. -----

----- Como Presidente da Junta estava a dizer que faziam isso, estava na Câmara Municipal, podia dizer o nome das pessoas, podia mandar cópias das cartas. O que não podiam dizer era que não tinham feito. -----

----- Não podia mudar a sinalização e as pessoas que estavam ali sabiam ou deviam saber o que competia a cada um. A si não competia mais do que sensibilizar a Câmara para esses assuntos, não podia chegar lá e mudar porque não tinha esse poder, não tinha esse serviço. A sinalização era de toda a cidade, a GERTRUDE. -----

----- Não podiam dizer que politicamente não interessava, nem a si nem a alguém do Executivo, porque não fazia isso a ninguém e tinha respeito por toda a gente. Estar sempre a ouvir a mesma coisa e a dizer que não lhes interessava politicamente, achava um bocadinho demais. -----

----- Sobre o circuito da Pena o freguês não devia conhecer, mas o Senhor Vitor Escudeiro começara por ser funcionário da Junta de Freguesia da Pena e na união das Freguesias passou para a Junta de Freguesia de Arroios. Ele tinha mais anos lá do que a Presidente na Junta e tinha conhecimento da situação da Pena. Era o técnico que tinha respondido, mas no dia seguinte iria perguntar-lhe por escrito tudo o que o freguês dizia. -----

----- As coisas não eram como o freguês desejava e que também desejava. Gostava de chegar e alterar tudo de um dia para o outro e podia fazer, mas havia cabimentos e essas coisas todas. Não era a sua casa nem uma associação, era uma Junta de Freguesia e tinha que respeitar regras. Para se fazer as coisas por vezes não era em três meses. Gostariam que fosse em menos tempo, mas havia uma série de regras. -----

----- Tinha visto os e-mails para o freguês, porque o José Eduardo tinha pouco tempo como Vogal nessa área. Nada estava no vácuo, as coisas tinham um tempo para se organizarem. -----

----- Não queria dizer mais nada, mas ficava muito desgostosa quando as pessoas gostavam de magoar e de dizer coisas que não eram verdadeiras. Todos tinham que ter respeito, tinha respeito pelos senhores e os senhores também tinham que ter respeito por si e pelo Executivo. -----

----- **Ponto 2 – Discussão e votação da proposta de isenção de pagamento de taxas de ocupação do espaço público (obras na estação de Metro de Arroios);** -----

----- **O Secretário do Executivo, Vitor Carvalho,** disse que começaria por fazer um enquadramento a essa questão e depois a sua colega Adélia Caixinha apresentaria a proposta do Executivo. -----

----- Apresentou a seguinte declaração:-----

----- “Traz-nos hoje a esta Assembleia um assunto muito caro a este Executivo: a situação dos comerciantes de Arroios que foram e são afetados pelas intermináveis obras na linha verde do Metro. -----

----- Desde o primeiro momento a Junta de Freguesia ouviu moradores, trabalhadores e comerciantes de Arroios sobre as suas inquietações e sobre as consequências graves que estas obras estavam a ter nas suas vidas e no seu quotidiano. Já no anterior mandato era nossa preocupação, sempre ao lado dos utentes, o não encerramento das estações da linha verde e a limpeza e iluminação urgente das estações e cais da mesma linha na Avenida Almirante Reis, preocupação essa transmitida várias vezes às diferentes administrações do Metro e que, infelizmente se mantêm, apesar das intervenções em curso para limpeza e pintura da estação dos Anjos. Subsiste o problema da iluminação, fundamental para a segurança dos utentes. -----

-----Após o início das obras na estação de metro de Arroios, todos sabemos que nada correu bem. Atrasos sobre atrasos, falência do empreiteiro, novo concurso e ainda não há data de fim à vista, ou, pelo menos, uma data em que possamos confiar, tantas foram já as datas avançadas pela administração do metropolitano. -----

----- Da nossa parte, em 21 de novembro de 2018, por pressão do Executivo da Junta de Freguesia de Arroios, foi possível, pela primeira vez, sentar à mesma mesa representantes dos comerciantes, da Câmara Municipal de Lisboa, do Metro e, claro, da Junta. Nesta reunião foi possível clarificar, na primeira pessoa, quais as principais consequências sentidas, tendo sido transmitida a exigência clara da Junta de Freguesia da compensação aos comerciantes pelos danos emergentes do atraso injustificável das obras e a necessidade urgente das obras de requalificação das estações. -----

----- Infelizmente, o problema subsistiu. Como sabem, já tinha sido proposto a aprovado nesta Assembleia a isenção das taxas de ocupação, contudo, um problema de legalidade impediu-nos de levar avante tal proposta por esta ser da competência da Câmara Municipal de Lisboa. Não obstante, na prática, a Junta de Freguesia já vem atribuindo tal isenção, não levantando quaisquer autos de contraordenação pelo não pagamento de taxas, precisamente por entender que é uma questão demasiado importante, tendo assumido a perda de milhares de euros anuais em receita. -----

----- Sabemos que em nada se pode comparar o prejuízo que alguns comerciantes têm sentido, designadamente aqueles que se viram obrigados a encerrar portas como consequência direta da falta de visibilidade dos seus estabelecimentos. E aqui, não falamos de números, mas de famílias que foram duramente afetadas no seu ganha-pão. Quer porque se viram obrigados a fechar muitas vezes o projeto de uma vida, quer porque diminuíram brutalmente a faturação sem nunca terem que deixar de pagar os compromissos assumidos, quer porque em alguns casos se confrontaram com o desemprego por via da diminuição das vendas, logo, da incapacidade de pagar a trabalhadores. -----

----- Esta situação é inaceitável e é por isto que a Junta, apesar de não ter formalizado a proposta, assumiu integralmente esta questão, não cobrando nem taxas, nem coimas.

----- Contudo, nunca deixámos de exigir às entidades competentes a sua responsabilidade. -----

----- Senão vejamos: -----

----- No dia 12 de fevereiro de 2018 enviámos um ofício ao sr. Presidente da Câmara Municipal solicitando a aprovação urgente da isenção de taxas de ocupação na Assembleia Municipal; -----

- No dia 24 de outubro de 2018, após várias comunicações informais, enviámos um ofício ao Vereador João Paulo Saraiva solicitando, novamente, a isenção das taxas de ocupação de espaço público; -----

----- No dia 29 de novembro de 2018 uma equipa da Junta de Freguesia reuniu com a Câmara Municipal de Lisboa a fim de transmitir toda a informação relativa aos comerciantes e apresentar uma proposta de resolução, nomeadamente a alteração ao Regulamento Municipal;-----

----- No dia 6 de fevereiro de 2019 efetuámos uma visita a toda a área abrangida pelas obras, juntamente com comerciantes, contribuindo para que a sua situação fosse relatada na comunicação social nacional; -----

----- No dia 8 de fevereiro solicitámos uma reunião urgente com o Metro a fim de discutir soluções urgentes; -----

----- No dia 6 de agosto de 2019 solicitámos ao Metro o fim das obras na estação de Arroios e a realização das obras de requalificação das estações dos Anjos e do Intendente, até hoje sem resposta; -----

----- No dia 28 de outubro de 2019, estivemos presentes na reunião pública levada a cabo pela Comissão Executiva de Moradores e Empresários de Arroios. -----

----- Estamos certos de que, da nossa parte, tudo fizemos na defesa da nossa Freguesia e, nomeadamente, dos moradores e comerciantes afetados pelas obras. -----

----- Aqui chegados, após a alteração do Regulamento operada em sede de Assembleia Municipal e publicada a 10 de julho deste ano, levantaram-se as mais sérias dúvidas se tal alteração transferia, de facto, a competência da decisão sobre a isenção para as Freguesias. Isto porque a alteração ao artigo 11º do Regulamento Municipal Geral de Taxas, Preços e outras receitas do Município de Lisboa se limita a determinar que estão também isentas, e cito «as situações em que as intervenções sejam provocadas por outras entidades do setor público, desde que seja devidamente atestado e reconhecido o respetivo interesse municipal». -----

----- Ora, tal Regulamento prevê no n.º 3 do seu artigo 11.º, a aplicação de reduções, isenções ou suspensões temporárias das taxas devidas pelo exercício de atividades económicas, quando estas sofrerem alterações na sua atividade, provocadas por intervenções diretas do Município, nomeadamente enquanto decorrem obras de infraestruturas na rede viária ou outras, sendo que o critério que presidiu à sua alteração foi, precisamente, a existência de intervenções efetuadas por outras entidades do setor público que implicam um conjunto de situações em que, ainda que não se trate de uma intervenção municipal, se deve conceder a mesma proteção prevista na norma invocada. -----

----- Apenas no final do mês de julho foi discutida em Assembleia Municipal a isenção de taxas de publicidade (palas/alpendre) de um dos estabelecimentos, sendo que para a Câmara Municipal subsistia o entendimento de que a competência para as demais taxas já não era sua. -----

----- Ou seja, a Câmara Municipal descartava-se do problema e atirava para as Juntas de freguesia a resolução do mesmo. -----

----- Naturalmente, a Junta de Freguesia procurou assegurar-se da legalidade da sua proposta, atendendo a que apenas por sua insistência a Câmara Municipal assumiu que tal competência não resultava do Regulamento, tendo, finalmente procedido à sua alteração, mas não nos termos propostos pela Junta, termos que continuamos a defender. -----

----- Contudo, e atendendo a que não seria possível, em tempo útil, uma nova alteração, a Junta procedeu então a um novo levantamento e registo fotográfico dos estabelecimentos da Avenida Almirante Reis e da sua situação de conformidade ou falta dela com o pagamento das taxas. -----

----- *Através da análise desse levantamento foi possível apurar que vários estabelecimentos encerraram as suas portas ou mudaram de proprietário e delinear quais os que estão mais diretamente afetados pelas obras.* -----

----- *Assim, foi tomada a decisão que, tal como já transmitido aos comerciantes, situações em que existisse incumprimento anterior ao início das obras não seriam contempladas. Para além disto, a proposta que hoje trazemos a esta Assembleia pretende um critério de justiça e equilíbrio, atendendo aos comerciantes que efetivamente são prejudicados com o encerramento da estação de Arroios.* -----

----- *Na proposta agora apresentada pelo Executivo são abrangidos os operadores económicos exclusivamente servidos pela estação de metro de Arroios, sendo que os demais são servidos quer pela estação da Alameda quer dos Anjos.* -----

*Esta proposta representa uma perda de receita num montante aproximado de 6 mil euros anuais e, do nosso ponto de vista é equilibrada e adequada à proteção dos interesses dos comerciantes e da Freguesia.* -----

----- *Assim, vimos pedir a esta Assembleia o apoio a esta proposta, mas também a uma tomada de posição inequívoca de que não podemos tolerar mais atrasos, mais derrapagens, mais incumprimentos porque estão em causa sustentos e vidas de quem habita e trabalha em Arroios.* -----

----- *Muito obrigada.*”-----

----- **A Vogal do Executivo Maria Adélia Caixinha** disse que, na sequência do que falara o Senhor Secretário Vitor Carvalho, o Executivo tinha decidido isentar os estabelecimentos junto à Praça do Chile, o primeiro quarteirão até à Rua José Falcão e os que estavam na saída sul, em frente à estação do Metro. -----

----- *Uma vez que as taxas eram para ter visibilidade e existindo os tapumes junto desses estabelecimentos, a visibilidade estaria afetada.* -----

----- **Membro Damião de Castro (PSD)**, dirigindo-se à Senhora Presidente, à Senhora Presidente da Junta e mais concretamente ao orador que o antecederia, perguntou se o assunto era muito caro só ao Executivo. Já tinham aprovado na Assembleia que era necessário fazer esse trabalho. Não lhe parecia que fosse só caro ao Executivo.-----

----- *Não estava em causa a aprovação da proposta, porque já aprovaram em tempo oportuno, mas tinha dado uma volta pelas contas dos anos anteriores e reparou que o montante das taxas arrecadadas nos espaços públicos tinha números que o deixaram um pouco preocupado. Estava convencido que o Executivo iria justificar isso tudo.* -----

----- *Em 2016 tiveram 230.550 euros de valor arrecadado; em 2017 tiveram 219.000, uma queda de mais ou menos 5%; em 2018 tiveram 171.800 aproximadamente, uma queda de 20%.* -----

----- *Gostaria de saber do Executivo se o que estavam a aprovar por uma segunda vez, se os valores que ali estavam, valores de 150 mil euros no caso de 2017 para 2018, como teriam esses números oscilado tanto se felizmente estavam com a economia a crescer e o ambiente económico tinha sido bom.*-----

----- *Um terceiro ponto era que tinha lido a proposta e o borrão que mandaram. Em Lisboa ou qualquer cidade, para definir um ponto utilizava-se o nome da rua ou da avenida e o número postal, o número da porta. No desenho não estava, ou se calhar estava e não tinha visto.* -----

----- *Não lhe parecia que o perímetro da abrangência dessa Lei estivesse bem definido e era isso que pedia para bem da legalidade disso tudo.*-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que era realmente um assunto muito preocupante e algumas coisas foram ditas, uma delas pelo Secretário do Executivo Vitor Carvalho que gostaria de ver esclarecido. -----

----- No mês de novembro estivera presente numa reunião convocada pelos comerciantes lesados do Metro de Arroios, isso passado cerca de um ano sobre a realização de outra sobre o mesmo assunto. O que era lamentável era que aqueles comerciantes estavam pior ainda do que um ano antes, as questões eram as mesmas, as preocupações eram as mesmas. Aliás agravaram-se, visto que infelizmente parte dos comerciantes que estavam na primeira reunião naquele dia já lá não estavam porque fecharam portas.-----

----- Uma das questões colocadas pela pessoa que estava à frente desse movimento, mantiveram-se quatro essenciais, era como seria possível estar ano e meio sem que se tivesse verificado que 20% das obras não estavam concluídas, ou como podiam e deviam ser acompanhadas no futuro as obras com o novo empreiteiro afim de se verificar o seu cumprimento, uma vez que até ao momento nada estava feito. Saber também o que se fazia quando seis comerciantes já fecharam portas e como era possível que passados dois anos nada tivesse acontecido, nomeadamente quanto à isenção das célebres licenças.-----

----- Lamentava que não estivessem em representação como estiveram um ano antes, com a Senhora Presidente da Junta, o Senhor Tesoureiro, outros Membros da Assembleia, Membros da Câmara. Estava a representante da Doutora Adélia Caixinha, mas gostaria de ver mais bem representada a Junta de Freguesia.-----

----- Como dissera o Senhor Secretário Vitor Carvalho, o assunto era bastante grave, bastante preocupante. Quando se dizia que a Junta tinha deixado de cobrar licenças, parecia-lhe ter sido o Presidente da União do Comércio a dizer que desde março de 2019 nada tinha sido feito. Continuavam a pagar licenças e com coimas, que estavam a receber coimas. Isso foi lá dito, estava a Doutora Adélia e tinha ouvido.-----

----- Ninguém ia dizer uma coisa que não fosse realmente verdade, parecia-lhe que não.

----- Lamentava esse assunto. Era agradável saber todos os esforços que a Junta tinha feito, mas nunca era de mais. Isso não prejudicava só os comerciantes, prejudicava os moradores.-----

----- Iriam votar favoravelmente a proposta porque queriam ao máximo que as pessoas não fossem lesadas indeterminadamente, mas parecia ser uma proposta escassa. Segundo via pela planta, os comerciantes lesados estavam sublinhados, mas a proposta devia ser alargada à área de intervenção, tendo em consideração a influência que o encerramento da estação de Arroios tinha naqueles comerciantes todos à volta. Não só os que ali estavam sinalizados, mas os da Morais Soares, para baixo também, porque só mostrava quase quem estava em frente aos tapumes.-----

----- As pessoas deixaram de passar, deixaram de frequentar o local e devia ser repensado o seu alargamento porque muitos mais comerciantes foram lesados e estavam a ser lesados.-----

----- Como dizia o Senhor Secretário Vitor Carvalho e ficava preocupada, não tinham a certeza. Mesmo que o senhor responsável do Metro tivesse dito que as obras iam iniciar em finais do mês, já estavam a 25. Até finais de dezembro iam ver, ainda não chegaram a dezembro, mas o que tudo indicava era uma tendência para se arrastar e na verdade as coisas iam piorando.-----

----- Eram essas as considerações do PCP, propondo o alargamento para uma área muito mais vasta do que estava proposta.-----

----- **Membro Vitor Teles Fernandes (IND)** disse que tinha ficado muito perplexo com a proposta ao perceber que iam votar algo que já tinha sido votado em 2017.-----

----- Em 28 de dezembro de 2017 subscrevera uma recomendação apresentada à Assembleia de Freguesia visando exatamente a isenção de taxas de todos os comerciantes afetados pelo fecho da estação do Metro.-----

----- Ao ler a ordem de trabalhos ficara perplexo, mas, seguindo o desenho e com a explicação dada pela Vogal Adélia Caixinha, compreendera que a proposta levada à votação não constituía mais do que um branqueamento da proposta original. Na verdade, queriam sancionar uma decisão que tomaram de limitar àqueles comerciantes em concreto assinalados no mapa e não a todos os comerciantes da zona envolvente.-----

----- Não se acreditava que só os comerciantes que viram entaipadas as saídas do Metro estariam afetados na sua atividade. Todos os comerciantes a Norte e a Sul daquela zona, por estarem fechados, estavam afetados na sua atividade comercial. Portanto, não conseguia compreender porque se fazia aquela limitação na proposta quando o que tinham votado e deliberado na Assembleia de Freguesia era a aprovação da isenção. Não podia na altura ser aplicada de imediato porque precisava do sancionamento da Câmara para esse sentido. No entanto, tinha-se aprovado a todos os comerciantes afetados e, portanto, a sua pergunta era por que razão consideravam apenas aqueles comerciantes afetados que estavam na proposta.-----

----- Não tinha percebido se o critério limitativo da atribuição era só a esses ou a todos, mas partindo do princípio que eram só os assinalados perguntava como seria em relação aos outros, se a Junta de Freguesia tinha cobrado ou não as taxas devidas e, se não tivesse cobrado, se iria cobrar desde 2017.-----

----- Na inversa perguntava em relação àqueles que pagaram, se a Junta de Freguesia ia devolver aos comerciantes as taxas que foram pagas.-----

----- Na sua opinião essa votação nem sequer devia ser apresentada, não devia ser votada porque em rigor já tinha sido aprovada em 2017 e o Executivo teria que ter a responsabilidade e a coragem de assumir como queria no terreno aplicar essa isenção aprovada na deliberação da Assembleia de Freguesia.-----

----- Entendia que os Membros da Assembleia de Freguesia não deviam sancionar uma decisão que era do Executivo, limitativa daquilo que foi aprovado na Assembleia.-----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que, ao contrário do Membro Vitor Teles Fernandes, percebia um pouco a razão de ser dessa proposta. Continuava a perfilhar que não tinham na altura competência e era verdade que tomaram uma deliberação, mas sem ter competência. O que estariam a fazer com a presente proposta, salvando melhor opinião, seria a sanção desse vício.-----

----- Dito isso, havia um conjunto de fatores que o preocupavam e desde logo a área de limitação. Esperava que o Executivo, no âmbito da proposta, tivesse sido um pouco mais audaz em dois aspetos distintos. Um primeiro era se tinha feito um levantamento da zona que considerava afetada, que esse estudo tivesse sido disponibilizado a tempo e horas aos Membros da Assembleia que teriam de deliberar para que, com base nele, também estivessem cientes do âmbito da proposta que estava a ser apresentada.-----

----- Depois havia um outro aspeto que se encaixava naquilo que começara por dizer, que de facto houve uma deliberação em dezembro e na altura suscitara a questão, o que continuava a entender, que havia um vício de forma. Nem sequer tinha intenção de falar nisso, mas por isso mesmo a Assembleia Municipal tinha produzido a alteração ao regulamento e com base nela dava competência para que o Executivo pudesse propor à Assembleia o que ali estava, só que havia dois ou três aspetos que deviam ser ressalvados.-----

----- Além do aspeto que o Membro Vitor Teles Fernandes já referira sobre a área que efetivamente estava afetada, no domínio do que não era visível a publicidade, logo a ocupação do espaço público, logo o pagamento da taxa por esse facto, outra coisa eram os comerciantes em toda a zona afetada e aí valia a pena pensar, como o Membro Vitor Teles Fernandes propunha, que pudesse haver também alguma mitigação em relação aos outros comerciantes.-----

----- Deixava mesmo um desafio ao Executivo da Junta de Freguesia para que em conjunto, certamente com a União dos Comerciantes e porventura com a Ordem dos Advogados, estudasse um mecanismo de salvaguarda para esses comerciantes e para esses habitantes, em que medida era ou não possível recorrer ao tribunal para que o Metro viesse a indemnizar os prejuízos causados. -----

----- Os prejuízos eram também para a Freguesia enquanto instituição, que deixaria de receber seis mil euros por ano, mas também em relação às pessoas que estavam efetivamente afetadas. O Executivo poderia ter aí uma ação proativa em conjunto com outras entidades, envolvendo porventura a Ordem dos Advogados através do seu gabinete de apoio aos cidadãos, e simultaneamente até com a própria União dos Comerciantes. Parecia-lhe existir uma associação de comerciantes ali da zona e que também podia ser envolvida nessa matéria. -----

----- Outro aspeto que faltava na proposta era que tinham três datas diferentes, a data da presente proposta se ela fosse votada e que lhe parecia ser votada favoravelmente, por aquilo que entendia da expressão, mas isso significava que ela tomava eficácia a partir desse momento. Depois havia a data em que deliberaram em dezembro, apesar de não terem competência parecia-lhe que a proposta podia sanar o vício e ser retroativa a essa data. No entanto, ainda se atrevia a mais, diria que o dano tinha começado ainda antes da data da proposta de dezembro e, portanto, deveria retroagir à data do início das obras. -----

----- O que tinham ali era uma situação muito mais anómala do que se referia. Em 80% do prazo que estava previsto para a execução daquela obra foram executados 20% da obra. Imaginassem para os restantes 80% da obra o tempo que ainda iria estar. -----

----- Havia outro aspeto que do seu ponto de vista faltava referir, propunha-se a isenção, mas não tinha qualquer limite temporal. Devia estar definido que era até ao termo de todos os trabalhos ali referidos. -----

----- Diria que havia três ou quatro níveis de aspetos que a proposta devia contemplar. Primeiro devia retroagir ainda mais atrás da proposta apresentada pelo Membro Vitor Teles Fernandes e sim à data do início da obra, quando os danos se iniciaram. Deveria contemplar porventura uma área maior do que estava contemplada e deveria aproveitar para efetivamente sanar todos os vícios das deliberações que eventualmente tivessem tomado na Assembleia sem competência para o fazer. -----

----- Podiam sempre fazer recomendações, mas para a deliberação em si na altura, como se via pela alteração, não tinham competência. -----

----- Deixava esse desafio ao Executivo, para ver se não queria repensar a proposta no sentido de abranger tudo isso. Bastava que o Executivo dissesse porventura que sim em unísono à Mesa para que a proposta pudesse ser votada, assumindo essa situação. Seria feita uma redação em conformidade e com certeza que cada grupo representado na Assembleia estaria disponível para ajudar a consolidar esse modelo de proposta e de deliberação. -----

----- **Membro Ana Filipe (BE)** disse que tinha uma questão de ordem prática. A intenção do BE era votar favoravelmente a proposta, entendia já ter passado demasiado tempo e que os comerciantes não deviam esperar mais, o que parecia ser entendimento de toda a Assembleia até tendo em conta que já votaram isso em dezembro. -----

----- Partilhava da preocupação sobre se não deveriam ser abrangidos mais comerciantes, se essa decisão não deveria ser alargada. -----

----- Não queria adiar isso mais tempo e, portanto, era mesmo uma questão de ordem prática. Se votavam favoravelmente e depois haveria uma intenção de apresentar nova proposta, qual seria a intenção do Executivo perante isso. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que ia só responder a três linhas e se depois quisessem, podiam reunir consigo. -----

----- A Junta de Freguesia de Arroios no período de 2014 tinha recebido 76.321 euros, em 2015 foram cerca de 177 mil, em 2016 foram 230 mil, em 2017 foram 219 mil, números redondos, de janeiro a dezembro de 2018 receberam 141 mil e em janeiro a dezembro de 2019 foram 145 mil.-----

----- Até março de 2017 estavam a cobrar indevidamente 100 euros por 0,25 metros quadrados do anúncio luminoso e após março de 2017, quando verificaram que as coisas não estavam tão corretas e não deviam ser dessa forma, passaram a receber um quarto desse valor.-----

----- Outra coisa era que o valor da Junta de Freguesia de Arroios era diferente do valor da Junta de Freguesia do Areeiro, assim como era diferente por exemplo de zonas em Santo António, que por exemplo tinha a Avenida da Liberdade.-----

----- A mudança tinha sido muito grande para os primeiros meses, quando se lançaram as taxas. Até 2016 foi quando se fizeram mais esplanadas e depois disso deixaram de ser feitas com a mesma velocidade. As pessoas pagavam para toda a tramitação inicial e depois pagavam mensalmente e, portanto, havia uma mudança em termos de valor. ----

----- Tinha o relatório desses dados todos e teria muito gosto em passar. O mesmo acontecia com outras situações. Por exemplo não faziam muitas feiras e feirinhas em Arroios porque também não tinham o mesmo espaço por exemplo do Martim Moniz, nem da Praça da Figueira. As zonas de Arroios não eram muito propícias a que se fizessem feiras e tinham feito até com o intuito de cedência de espaço, até para motivar os fregueses, como era o caso de feiras culturais, feiras de associações, para levar mais gente à Freguesia. O Jardim Constantino era uma dessas situações, para criar outra movimentação e outra mobilidade.-----

----- Quem tinha mais feiras era o Areeiro porque tinha aquele espaço todo e cobrar. No entanto, os fregueses de Arroios não gostavam muito ds pandeiretas, carrinhos de choque e outras coisas que muitas vezes criavam problemas à Junta de Freguesia. Estavam em paredes meias com o Areeiro e as pessoas queixavam-se muito desses barulhos. Podiam ganhar muito dinheiro com isso, mas a primeira prioridade era o bem estar dos fregueses.-----

----- Estava na posse desses dados e tinha que dar essa explicação.-----

----- **O Secretário do Executivo, Vitor Carvalho**, disse que começava pela questão do que tinha sido aprovado em dezembro de 2017, se não estava em erro. O que se aprovara na Assembleia era uma recomendação e, como todos sabiam, uma recomendação não era vinculativa. Apesar de ter sido aprovada, o Executivo poderia não implementar essa recomendação e mesmo que o quisesse fazer, como já tinha dito o Membro José Cal Gonçalves, não o poderia fazer porque era ilegal.-----

----- Na altura a Junta de Freguesia não tinha mandato nem capacidade para isentar as taxas, uma vez que estavam no Regulamento de Taxas da Câmara Municipal e não constava qualquer isenção. Portanto, a proposta que era apresentada não aí pela segunda vez ali, como os Membros Vítor Teles Fernandes e Damião de Castro referiram. Estava pela primeira vez e era uma proposta vinculativa, ao contrário do que tinha sido aprovado em dezembro, que era uma recomendação e que, bem, na altura o Membro José Cal Gonçalves votara favoravelmente mas com uma declaração de voto a chamar a atenção para a ilegalidade que se estaria a aprovar algo que não competia à Junta de Freguesia fazer.-----

----- O que se estava a votar era a primeira proposta que ia à Assembleia. O que tinham votado antes, voltava a referir, era uma recomendação.-----

----- A influência que o encerramento do Metro tivera nas lojas de facto não abrangia apenas a Praça do Chile, como era óbvio, e sim toda a zona envolvente. Poderiam

isentar taxas até à Freguesia da Penha de França, até ao final da Morais Soares que já não pertencia à Freguesia. -----

----- Poderiam isentar os comerciantes da Rua António Pedro, da Rua José Falcão, da Rua Carlos Mardel, da Rua Pascoal de Melo, porque de facto o encerramento da estação de Arroios tinha afetado toda a zona e não apenas a Praça do Chile, mas não seria justo e em termos de critério difícil identificar as ruas, as lojas que foram afetadas. Era difícil estarem a identificar todas as lojas que foram afetadas pelo encerramento e podia acrescentar a Rua António Pereira Carrilho, o Largo do Leão, a Rua Alves Torgo. Todas aquelas ruas foram afetadas de facto. -----

----- O critério do Executivo, era essa a proposta que levaria até ao fim e não ia retirar, era de isentar as taxas aos comerciantes da Praça do Chile, da zona do quarteirão até à Rua José Falcão e depois as lojas que estavam à saída da zona sul do Metro. -----

----- Para isentar, então poderiam isentar o Millennium BCP, o Pingo Doce, o Continente na Carlos Mardel, mas o que preocupava eram os pequenos comerciantes e não os bancos ou as grandes superfícies comerciais. Para isentar todos os comerciantes da zona, como tinha sido sugerido, estariam também a isentar comércio que tinha capacidade de sobrevivência, nomeadamente essas áreas de atividade que acabara de referir. -----

----- Ao apresentar a proposta, não cabia na cabeça de ninguém que o Executivo não tivesse ouvido os comerciantes. O Executivo ouvira os comerciantes que se constituíram como associação de comerciantes da zona da Praça do Chile. -----

----- Não era verdade, ao contrário do que dissera a Membro Fernanda Lacerda, que tivessem sido implementadas coimas e multas a esses comerciantes. A Junta de Freguesia não tinha cobrado taxas e muito menos havia coimas relativamente a esses comerciantes. -----

----- Na proposta, depois de ouvidos os comerciantes da Praça do Chile, chegara-se a um consenso em que parecia ser a proposta mais adequada. Havia uma outra ainda mais limitativa e que era identificar apenas os comerciantes da Praça do Chile em si. Foram um pouco mais além e decidiram isentar também aqueles que iam até ao quarteirão da Rua José Falcão e depois na saída sul. -----

----- A Junta de Freguesia também era lesada pelo encerramento da estação de Metro e mais, podia adiantar que estavam a equacionar ser ressarcidos junto do Metropolitano de Lisboa pelo facto da Junta de Freguesia se sentir lesada por essa situação que infelizmente afetava toda a gente. -----

----- Era essa a proposta que o Executivo apresentava para votação. Não significava isso que não pudessem equacionar, depois da aprovação da proposta, juntar com os partidos presentes na Assembleia de Freguesia e ouvir as opiniões. No entanto, como dizia a Membro Ana Filipe e concordava, não se podia adiar mais esse problema. -----

----- A proposta, na opinião do Executivo, podia e devia ser votada na presente reunião. Após a sua aprovação poderiam limar algumas arestas para ver de que forma poderiam isentar outro tipo de comerciantes mas numa discussão muito séria, que tipo de áreas de atividade depois se queriam isentar, porque voltava a perguntar se queriam isentar os bancos ou as grandes superfícies comerciais da zona, se era isso que pretendiam. -----

----- Ao Executivo preocupavam os pequenos comerciantes afetados naquela zona, não renegava vir a discutir ou aperfeiçoar a proposta, mas era a proposta que queria ver aprovada na presente reunião. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que em momento algum tinha sugerido a retirada da proposta. O que propunha era que houvesse um compromisso por parte do Executivo em relação a alguns aspetos. -----

----- Concedia que poderia não ser fácil de imediato delimitar uma zona geográfica diferente daquela que era proposta, mas havia um aspeto de que não podia prescindir sob pena da proposta estar manca, desculpassem-lhe a expressão. Tinha a ver com o horizonte temporal da sua aplicabilidade e não via dizer nada sobre isso. -----

----- Perguntou se o Executivo aceitava que a isenção fosse aplicável desde a data do início dos trabalhos até à sua conclusão integral, até ao momento de cessarem os prejuízos causados nomeadamente no âmbito da questão do espaço público. -----

----- Perguntou se havia taxas cobradas nesse período em que já decorriam inicialmente as obras. Não estava a falar desde dezembro de 2017, era ainda antes disso, quando começaram as obras. Se havia taxas cobradas, saber se havia disponibilidade para serem devolvidas. -----

----- Não pretendendo defender as grandes superfícies nem os bancos, porque certamente teriam capacidade se calhar até superior ao Metro para pagar essas taxas e licenças, mas chamava à atenção de um aspeto no âmbito do tratamento da isenção, que era o princípio da legalidade e o princípio da igualdade. Eram princípios que estavam contidos no Código do Procedimento Administrativo e que, salvando melhor opinião, não era a dimensão da entidade que os podia fazer afastar. -----

----- Deixava só essa nota a quem teria que aplicar e gostaria que lhe fosse respondida a questão do horizonte temporal. -----

----- **Membro Vitor Teles Fernandes (IND)** solicitou ao Executivo que esclarecesse exatamente quais comerciantes estavam contemplados na proposta, porque o que estava na proposta era uma inserção de cores sem indicação dos comerciantes. Relembrava que à saída do Metro de Arroios estava o Pingo Doce. -----

----- Se a proposta do Executivo era depois de analisar juntamente com a associação dos comerciantes quais os comerciantes que seriam contemplados, saberiam certamente dizer na proposta quais eram em concreto e o motivo, aplicando o critério. Era esse argumento que gostava de ver explicado, para se poder aprovar a proposta. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** referiu que de facto o Membro José Cal Gonçalves não tinha dito para se retirar a proposta, até porque todos queriam que esse assunto andasse o mais depressa possível. -----

----- A questão que se punha era alargar a alguns considerandos que ali foram colocados e não havia dúvida que nesse problema dos comerciantes, segundo a explicação do Senhor Secretário Vitor Carvalho, tinha ficado um pouco baralhada. Quando se propunha o alargamento da área abrangente dos comerciantes lesados e falavam nos bancos e supermercados, nomeadamente Pingo Doce, que pudessem ser também beneficiados quando não deviam, então punha a questão que também tinha sido e muito bem dita pelo Membro Vitor Teles Fernandes. -----

----- A verdade era que pelo desenho abrangente, na esquina da José Falcão estava o Millennium, mais abaixo estava o Pingo Doce. Se o problema era esse, então pelo desenho isso já se punha. Estava na mente de todos quais eram os comerciantes que estavam abrangidos e que deviam ser abrangidos. O argumento não era eficaz. -----

----- Quanto ao horizonte temporal, percebia perfeitamente. Na proposta dizia-se que: “Permitir isentar os comerciantes do pagamento de taxas durante o período das obras”. Talvez fosse melhor reforçar até mesmo ao fim das obras essa isenção. -----

----- Disse que em relação ao pagamento de licenças e multas estava a transmitir aquilo que tinha sido dito na reunião, parecia-lhe que pelo Presidente dos comerciantes. Tinham dito na reunião e estava apenas a transmitir. Podia pôr dúvidas e gostava que lhe explicassem, mas isso não era seu. -----

----- **Membro Damião de Castro (PSD)** começou por agradecer à Senhora Presidente do Executivo a clareza com que respondera às suas dúvidas. No entanto, tinha ficado

*[Handwritten marks: a blue scribble, a black scribble, and a blue number '3']*

com alguma dúvida em relação a uma afirmação do Senhor Secretário Vitor Carvalho sobre a possibilidade de pedir indemnização ao Metro. -----

----- Perguntou como pretendiam fazer isso, se mitigando ou se existiriam já conversações. Era um dado adquirido para quem andava no mundo das obras públicas que a empresa a quem adjudicaram a obra estava falida, estava arrumada num canto e entregaram-lhe uma obra daquela envergadura. Por aí poderia haver argumentos para litigar. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que pedia desculpa pela insistência, mas podia não se ter feito entender bem, com certeza que na Mesa o podiam ajudar e o Executivo também entenderia a questão. -----

----- Quando se tomava uma deliberação ela só se tornava efetiva a partir desse momento. Se aprovassem a proposta com essa redação, ela só seria aplicada a partir da data da presente reunião. Em boa verdade o que acontecia era que o Tribunal de Contas podia no dia seguinte questionar o Executivo por não ter cobrado as taxas para trás e, por outro lado, os comerciantes perguntariam a razão de não serem isentados desde o momento em que tinha começado a obra. -----

----- Quando fazia a proposta de acrescentar um horizonte temporal desde o início da obra até à conclusão era por dois aspetos: proteger o Executivo em relação às posições que já tomara com base na recomendação; facilitar a vida aos comerciantes, mesmo algum que tivesse pago poder ser ressarcido e obter a devolução; ter um horizonte temporal a cessar no fim das obras. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** referiu que, segundo entendera das propostas ali feitas, pretendia-se alterar o ponto 2 para: “Discussão e votação da proposta de isenção de pagamento de taxas de ocupação do espaço público, desde o início das obras na estação de Arroios até ao seu término, conforme mapa anexo”. Perguntou se era assim. -----

----- **O Secretário do Executivo, Vitor Carvalho,** disse que a intenção do Executivo era isentar os comerciantes desde o início das obras até ao seu final. Segundo foram informados pela Administração do Metro na reunião de outubro, realizada no Centro Paroquial de Arroios, a última versão era que as obras estariam concluídas em junho de 2021. Já tinham sido dadas muitas datas, veriam se era dessa vez. -----

----- Independentemente de ser ou não junho de 2021, de facto a intenção do Executivo era isentar os comerciantes desde o início até ao termo dos trabalhos. -----

----- Não se colocava a questão da devolução de taxas, uma vez que elas não estavam a ser cobradas. Segundo informação que tinha dos serviços, não havia taxas cobradas. Podiam confirmar junto dos serviços, mas era a decisão do Executivo, os comerciantes que eventualmente tivessem pago fossem ressarcidos. A informação que tinha era que não houve lugar a qualquer pagamento. -----

----- Relativamente a poderem ser ressarcidos pelo Metropolitano, não havia conversações. De qualquer forma, era uma questão que iriam analisar com os serviços jurídicos. Parecia de toda a justeza que a própria Junta, também lesada durante alguns anos e em alguns milhares de euros, viesse também a ser ressarcida pela perda dessa receita. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que desde que começara esse processo e a discussão, ia verificar, mas não cobraram nada a ninguém. Isso tinha sido explicado à Dona Carla Salsinha, que de momento não era Presidente da Associação dos Comerciantes nem da União dos Comerciantes, mas que era representante deles e de alguns comerciantes da zona. -----

----- No dia seguinte ia enviar para todos as lojas contempladas, onde não estava o Millennium nem o Pingo Doce. Se por acaso houvesse mais alguma situação das novas

que estavam fechadas e que iriam reabrir no tempo das obras, depois avaliavam também essas situações porque estavam na mesma zona de influência. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta de isenção de pagamento de taxas de ocupação do espaço público devido às obras na estação de Metro de Arroios desde o seu início até ao seu término, conforme mapa anexo, aos pequenos comerciantes da zona**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 3 – Discussão e votação da alteração ao Regulamento de Funcionamento dos Serviços da Junta de Freguesia de Arroios e respetivo organograma.**-----

----- **O Tesoureiro do Executivo, André Gomes**, disse que apresentavam essa proposta porque havia necessidade de alargar a divisão de ambiente urbano e desenvolvimento local, passando a ter duas divisões, conforme o organograma que tinham. -----

----- Era uma divisão com muita gente, desde logo a higiene urbana que tinha sido consideravelmente aumentada e também o espaço público, que era uma área muito técnica com serviços de engenharia e arquitetura e daí a necessidade de ter pessoal mais especializado. -----

----- Também mexeram no Regulamento de Organização e Funcionamento porque estava um pouco mal redigido, aproveitando para o redigir um pouco melhor. -----

----- Fundiram-se algumas secções na divisão administrativa e financeira, desde logo a da relação com o cidadão passaria a ter atendimento geral e arquivo se fosse aprovado, para 1 de janeiro. Os recursos humanos mantinham-se com a organização anterior e a secção de finanças e património passava a compreender a contabilidade e tesouraria, a gestão das instalações e frota, compras e contratação pública, gestão de ativos e património, uma série de secções e ficava só uma secção. A informática mantinha-se.-----

----- Também se colocava na dependência do Executivo o que dependia da divisão administrativa e financeira ou do gabinete jurídico, que passaria também a compreender a instrução dos processos disciplinares e de contraordenação. O Orçamento Participativo também era na dependência direta do Executivo, que haveria ou não conforme os orçamentos de cada ano. Como não era uma secção, acabava por ser apenas um serviço temporário. A comunicação também ficava na dependência direta do Executivo. -----

----- A parte da divisão de intervenção social mantinha-se em relação ao anterior organograma. -----

----- Não ia ler as alterações todas, tinham presentes e se quisessem comentar estaria pronto para as respostas. Se reparassem no organograma anterior estava uma manta de retalhos, feito logo que entraram em funções no mandato um pouco à pressa. Já estava retificado com todas as secções e pensavam que estaria visto e aprovado para entrar em vigor em janeiro de 2020.-----

----- **Membro Damião de Castro (PSD)** disse que, como já referira no mandato anterior, cada qual fazia a organização que melhor se adaptava. A organização era sempre da responsabilidade do presidente, do chefe, de quem a fazia. Essa podia estar bem feita, mas garantia que faria muito melhor. -----

----- Tinha uma dúvida que se calhar era metafísica, mas estava a organização do Executivo e não sabia quais eram os pelouros do Executivo. Perguntou se a Assembleia, antes de ser público, não deveria ter conhecimento de quem eram as pessoas e os pelouros.-----

----- Por outro lado, saber se as pessoas estavam em part-time ou a tempo inteiro, a meio tempo, se estavam remuneradas ou não. Isso em relação ao Executivo, porque o pessoal estava e bem todo remunerado. -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** começou por dizer que a alteração tinha algumas melhorias, nomeadamente na questão do texto. Depois verificavam-se algumas alterações que eram a organização que o Executivo entendera e nada tinha a dizer nesse alargamento da divisão. -----

----- Algumas coisas estavam melhoradas, nomeadamente passando o Orçamento Participativo para uma área de staff, a par do apoio jurídico e do apoio aos órgãos. Devia haver no Orçamento Participativo um alargamento para uma área de planeamento estratégico, assim como também seria positivo na secção de finanças e património haver uma área para controle interno e gestão de riscos, áreas importantes numa empresa e em qualquer organização. -----

----- Depois olhavam para o regulamento e na realidade mantinham-se algumas questões do regulamento anterior que lhe mereciam algumas dúvidas, nomeadamente faltava mencionar a Lei habilitante. Também deveria haver um artigo a incluir a estrutura hierarquizada. -----

----- No capítulo 2, “Estrutura Orgânica”, verificava que se mantinha o mesmo erro do antigo regulamento. Começava por dizer unidades orgânicas e subunidades orgânicas e depois passava para o capítulo 3, “Competências das unidades orgânicas e subunidades orgânicas”, começando por competências comuns a tudo, segundo parecia, mas depois o artigo 10º falava no gabinete de apoio aos órgãos da Freguesia. Depois seguia o gabinete jurídico, etc. Esses serviços deveriam estar fora das unidades orgânicas e subunidades e já tinha referido isso no regulamento anterior. -----

----- A estrutura não estava conveniente, não estava correta. As unidades orgânicas eram a área financeira e as outras que ali viram, as quatro divisões, mas essas estavam ali metidas no meio. Isso tinha sido mencionado na anterior discussão do regulamento. -----

----- Nos artigos 10º, 11º, 12º e 13º deveria dizer-se no título “Competências funcionais do gabinete de apoio”, retirando isso das unidades e dizendo que tudo aquilo que ali estava eram as competências funcionais. -----

----- No artigo 10º, no gabinete de apoio aos órgãos da Freguesia, não se via qualquer referência ao apoio às comissões criadas e aprovadas pelos órgãos executivo e deliberativo. Falava no apoio à Junta, à Assembleia, aos Membros da Assembleia e Membros do Executivo, mas não mencionava o apoio às comissões criadas e aprovadas pelos respetivos órgãos. -----

----- No artigo 11º, no apoio jurídico devia ser substituída a palavra “direitos” por “diretos”, quando se falava em ajustes diretos. -----

----- Também havia dúvidas no apoio técnico da elaboração das atas das sessões da Assembleia de Freguesia, que tinha sido retirado. No anterior regulamento falava nisso e tinha sido retirado. Perguntou a quem competia a elaboração, assim como a sua publicação, das atas das sessões da Assembleia de Freguesia e também do Executivo. -

----- Outra questão era saber quais os serviços que ficavam responsáveis por assegurar a publicitação no site da Junta das atas do Executivo e da Assembleia, das moções e requerimentos aprovados em Assembleia. Na área da informática falava, mas dizia “instalar componentes de hardware e software, designadamente em sistemas de servidores, dispositivos de comunicações, estações de trabalho, assegurando a respetiva manutenção e atualização”. Não sabia a quem competia esse serviço de publicação no site das atas do Executivo e Assembleia, requerimentos e moções. -----

----- Na secção de finanças e património gostaria de ver referida alguma coisa para o controle interno e gestão de risco, o que também já tinha falado no anterior regulamento. -----

----- **Membro Maria Borges Leitão (PSD)** disse que também queria pedir alguns esclarecimentos ao Executivo em relação às comissões criadas porque desde 2017, princípio de 2018, não tinham *feedback* de nenhuma comissão, nunca mais reuniram. --

----- No princípio de que a Assembleia de Freguesia podia ser uma ligação positiva ao Executivo para facilitar e mediar os trabalhos nessas áreas e nomeadamente na área social. Até ao momento ainda não sabia aquilo que fazia exatamente a ação social da Junta de Freguesia e fazia parte da Assembleia de Freguesia. Nem nas comissões conseguiam ficar a perceber exatamente e foram interrompidas de repente, nunca mais havendo explicações sobre essa matéria. -----

----- Gostava de perceber, independentemente de também considerar que o Engenheiro Damião tinha toda a razão, ele faria melhor, mas era a proposta do Executivo.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** esclareceu que as comissões eram responsabilidade da Assembleia e não do Executivo, sendo convocadas pelo respetivo Presidente.-----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que a proposta em concreto de organização dos serviços tinha algumas lacunas. Como o Membro Damião de Castro já referira, estando na oposição podiam sempre dar algum contributo e o PCP já tinha dado um contributo precioso, com várias ideias que subscrevia e que já eram do passado. No entanto, quem estava no Executivo devia ter uma amplitude, uma liberdade de organizar os seus serviços, sempre no respeito da Lei. -----

----- Era por esse motivo a intervenção, porque ainda estava à espera de que o Executivo o informasse em relação à abertura dos concursos para chefe de divisão, em vez de fazer nomeações em regime de substituição, se já tinha alguma previsão. Estavam a meio do mandato e seria bom terem algumas dessas coisas resolvidas antes de chegar ao fim do mandato. -----

----- Havia determinadas funções hierárquicas no âmbito da organização e estrutura que levavam à Assembleia para aprovar, quando havia urgência fazia-se a nomeação em regime de substituição. Na altura tinha suscitado a questão, porque não abriam um concurso de imediato e o facto era que até ao momento não abriam. Nem sequer sabia se quem foi nomeado em regime de substituição ainda estava em funções ou não. -----

----- No fundo era saber essas duas coisas, quem estaria nomeado em regime de substituição e para quando se pensava haver a abertura do concurso, uma vez que a nomeação em regime de substituição pressupunha nos termos da Lei a abertura imediata do concurso. -----

----- **Membro Vitor Teles Fernandes (IND)** disse que parafraseava as intervenções, teriam feito muito melhor. Isso era indiscutível, mas em rigor era o Executivo quem sabia exatamente o cuidado que queria ter. -----

----- Na análise que fazia do regulamento proposto à votação parecia-lhe cuidado, o Executivo teria pensado nas suas necessidades, mas isso levava-o a uma outra questão. De facto, o regulamento estava mais cuidado, havia necessidade de limar certas arestas, não estaria perfeito, mas deixava-o um pouco envergonhado porque os Membros da Assembleia de Freguesia deviam ter feito o mesmo com o Regulamento da Assembleia de Freguesia e não o fizeram ainda. Portanto, antes de começar a criticar o Executivo deviam olhar para os próprios telhados e ver que nesse ponto também não andaram muito bem. -----

----- **Membro Ana Filipe (BE)** disse que relativamente à alteração da orgânica não tinha nada a opor. Concordava que era uma opção do Executivo de forma a poder exercer as funções o melhor possível. No entanto tinha uma preocupação. -----

----- Por aquilo que se entendia da proposta e pelo facto de ir em novembro essa alteração, era porque a dimensão do trabalho e o número de recursos humanos que

tinham naquela divisão estava a ser demasiado pesado apenas para uma divisão e tiveram necessidade de dividir. O que estava a tentar perceber era se a Junta de Freguesia tivera um grande aumento de pedidos daquelas áreas, se sim quais os motivos, se alguma razão que os Membros da Assembleia deviam ficar a conhecer. ----

----- Também perceber se havia intenção de fazer uma alteração ao mapa de pessoal no início do próximo ano, se havia necessidade de abrir novos concursos, de pessoal técnico especializado na Freguesia. -----

----- A sua preocupação era ao nível da resposta aos fregueses, se havia dificuldade em responder, e saber o mapa de pessoal para o próximo ano. -----

----- **Membro Ana Mirra (PCP)** disse que pelos vistos a comissão para o bem estar animal ainda vivia e como iam ter uma reunião dessa comissão queria saber algumas coisas.-----

----- Em relação à secção do bem estar animal falava-se no equipamento público, como parques caninos e outros. Perguntou se os outros eram os tais abrigos para gatos que se falara, para as colónias controladas.-----

----- Alertou para o facto de haver falhas diárias na alimentação dos animais no Campo Mártires da Pátrias. Parecia-lhe que empresa a quem fora destinada essa tarefa nem todos os fins-de-semana... sabia haver um esforço de todos os funcionários e de todas as pessoas naquele jardim, mas nem sempre os animais eram alimentados ao domingo. ---

----- Em relação a sanitários e balneários, “assegurar o regular funcionamento dos sanitários públicos”, perguntou se isso implicava por exemplo aos domingos haver pleno funcionamento de todas as casas-de-banho, porque nem sempre os balneários e os wc estavam abertos. -----

----- Sobre sinalização fazia dois pedidos: -----

-----Sinalização dos wc que já se falara, nas Assembleias havia pedidos recorrentes. Sabia haver timings, legalidades, mas placas simplesmente a dizer onde eram os wc.---

----- Em relação ao circuito, nem ousava falar ali do circuito de manutenção, mas “manter e reparar sinalização vertical e horizontal”, se calhar podia-se incluir aí o melhoramento dos circuitos e sinalizações existentes na Freguesia. -----

----- **O Secretário do Executivo, Vitor Carvalho**, disse que relativamente ao Engenheiro Damião de Castro e o facto de não saber quais eram os pelouros dos Membros do Executivo, era porque de facto não tinha ido às reuniões da Assembleia.--

----- Aquando da distribuição de funções entre os Membros do Executivo tinha lido perante a Assembleia quais os pelouros que cada um dos Membros do Executivo ficava responsável, estando em todos os lugares de estilo da Assembleia de Freguesia e também no site. Portanto, lugares não faltavam, para além de ter lido ali na posse do Executivo e quando as funções foram distribuídas por cada um dos Vogais. Provavelmente o Engenheiro Damião não estava presente nessa Assembleia. -----

----- Em relação à publicação no site das atas, moções e recomendações, era da responsabilidade da comunicação e imagem e iriam acrescentar isso no regulamento. O apoio às comissões era da responsabilidade do gabinete de apoio aos órgãos da Freguesia e seria também incluída essa informação no regulamento.-----

----- Relativamente à questão dos chefes de divisão em regime de substituição, existia de facto uma pessoa em regime de substituição. Fruto do organograma e uma vez que a divisão de ambiente urbano era dividida em divisão de ambiente urbano e outra divisão de espaço público, iriam em breve abrir concurso para ambas as divisões. -----

----- Respondendo em parte à questão colocada pela Membro Ana Filipe, havia uma assinatura de contratos de delegação de competências entre a Câmara e a Junta de Freguesia, onde estavam com mais responsabilidades no que dizia respeito à higiene urbana e à manutenção do espaço público e às obras. Havia uma série de obras que já

estavam em funcionamento e outras iriam estar, o que fazia com que tivessem que adquirir mais equipamento e material e admitir mais pessoas.-----

----- Se esse facto se iria refletir em termos de recursos humanos no mapa de pessoal, sim, não podiam era garantir que todas as pessoas admitidas no âmbito dos CDC's pudessem integrar os quadros da Junta, mas seguramente que haveria mexidas no quadro de pessoal, porque havia a entrada de bastantes funcionários para a higiene urbana e isso iria refletir-se no mapa de pessoal.-----

----- **O Tesoureiro do Executivo, André Gomes**, acrescentou que estava um concurso aberto para 55 assistentes operacionais. Já estava para publicação em Diário da República, como tinham informado. Estava de início um concurso para termo certo e passaram a tempo indeterminado e estava à espera de publicação para Diário da República, que já tinha assinado, para pertencerem aos quadros da Junta.-----

----- Quanto aos chefes de divisão, não se tinha aberto o concurso, mas já estava aprovado no Executivo por unanimidade que após a orgânica aprovada abriam o concurso para dois chefes de divisão a criar. As outras divisões, até ver, ficavam sem chefe de divisão. A DAF não tinha chefe de divisão e a divisão de intervenção social também não tinha e não estava previsto que estivesse no imediato. Iriam poupar dinheiro em dois chefes de divisão, até ver. -----

----- Também queria agradecer os contributos da Membro Fernanda Lacerda. Tinha alguma razão porque pensaram que estava muito perfeito e o próprio Decreto-Lei dizia claramente o conceito de unidade e subunidade orgânica. Era verdade que não deviam lá estar de início os órgãos que estavam. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que achava estranha a situação dos animais não comerem ao domingo, mas iria saber o que se passava. Pagava-se à empresa para que os animais estivessem alimentados todos os dias e também aos domingos. Havia um acordo com a empresa que também tinha que limpar as papeleiras, porque chegar a um jardim ao domingo e as papeleiras estarem sujas era desagradável. No contrato eles tinham que limpar as papeleiras. Podiam falhar, não sabia porque não tinha andado ao domingo nos jardins da Freguesia, mas podia pedir ao Comandante para falar com a equipa da higiene urbana e eles verificarem se a situação estava a correr bem ou não. --

----- Sobre a alimentação iria ver o que se passava, porque tinham colocado também um pombal no jardim do Campo Mártires da Pátria, em conjunto com a Câmara Municipal. Estavam a tratar de não ter tantos animais no jardim, como patos e galinhas. Haveria uma reunião nessa semana com o Senhor Vereador Carlos Castro para ver se podiam retirar dali alguns animais para outros jardins e outros espaços e ter muito mais cuidado com os animais que deixavam nascer, para talvez não deixar que nascessem tantos animais. Tinham dado muita liberdade aos animais no jardim e as pessoas queixavam-se de haver muitos animais.-----

----- Era desejável um contrato com a Câmara para ver a quantidade máxima que podia haver de animais para não sujarem tanto o jardim e que as pessoas pudessem também usufruir mais do jardim. Era uma das questões que estavam a tratar. -----

----- Tinham comprado casas para gatos e brevemente seria colocada uma no jardim de Arroios, onde existiam oito animais de rua já esterilizados, para serem tratados e terem a sua casinha que contava estar ainda durante o corrente mês. Montaram também uma para os animais do Liceu Camões e estava uma pendente no pátio da Junta. -----

----- Chamavam sempre à atenção da Câmara para os animais que andavam errantes na Freguesia, tanto gatos como cães, e havia o apoio da CML e da Casa do Animal nesse sentido. Uns dias antes tinha-lhes caído um ao colo e infelizmente falecera, mas andavam nos pátios gatos bebés e tentavam que fossem logo acompanhados e esterilizados, promovendo também a adoção desses animais.-----

----- Alimentavam-se várias colónias de gatos na Freguesia com voluntários, a quem se dava comida. Eram os gatos da Academia Militar, os gatos do Liceu Camões, os gatos do Monte Agudo. -----

----- Os gatos eram necessários e cada vez mais havia uma política outra vez de deixar os gatos andar na rua. Não era porque as pessoas gostassem muito dos gatos, mas porque também tratavam de outras situações e que infelizmente tinham muitas. Com as obras todas que aconteciam na Freguesia iam mais à superfície outro tipo de animais.--

----- **O Tesoureiro do Executivo, André Gomes**, disse que o balneário do Campo Mártires da Pátria estava aberto ao domingo, o outro não sabia. Tinham que ver, mas não se podiam comprometer a fazer porque o Orçamento estava difícil de fazer e também tinham que ver o mapa de pessoal. Depois discutiriam isso na Assembleia, mas teriam que fazer contas ao que iriam gastar em pessoas para os balneários. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** referiu que por exemplo o balneário do Jardim Constantino não estava aberto porque havia um problema gravíssimo em todo o jardim. Havia uma tubagem nova que estava a ser colocada porque as raízes das árvores rebentaram com as condutas e a Câmara tivera que encontrar outros percursos. De momento estava o jardim quase todo em estaleiro. -----

----- A própria casa-de-banho tinha problemas, mas a casa-de-banho do quiosque já estava aberta ao público. Era obrigatório dentro do contrato que essa casa-de-banho estivesse aberta ao público. Também a casa-de-banho do quiosque da Praça José Fontana estava aberta ao público diariamente, porque era obrigatório por Lei que essas casas-de-banho estivessem abertas ao público nos concursos que se faziam, para que toda a gente pudesse usufruir. -----

----- O Campo Mártires da Pátria, na sua perspetiva, mas iria confirmar, era uma das casas-de-banho que estavam abertas. Para as pessoas que visitavam o jardim não havia mais nenhum espaço. -----

----- Em relação ao Largo de Santa Bárbara, estava à espera de que a Câmara fizesse um contrato com a nova equipa que ia dar apoio aos sem-abrigo e não só. Nessa altura a chave também seria entregue a essas equipas que iam trabalhar diariamente na zona. O núcleo de apoio aos sem-abrigo seria alargado, em vez de duas salas passaria a ter quatro. Ia sair dali a ervanária, a quem já se cederá uma loja no Mercado de Arroios. O núcleo de apoio aos sem-abrigo seria alargado para ver se começava a trabalhar como devia ser, porque era o mais contra possível que as refeições fossem dadas no meio da rua, fosse a quem fosse. Era uma coisa completamente miserável e estavam a trabalhar com a Câmara Municipal nesse sentido. -----

----- **Membro Damião de Castro (PSD)** recordou que começara por dizer tratar-se de uma dúvida metafísica, mas o Senhor Secretário Vitor Carvalho em parte procurara resolver, mandando-o ler o site ou ver os editais. Era uma proposta acertada, mas tinha dúvidas de que pudessem colocar nos editais e no site sem a Assembleia se pronunciar.

----- Tinha feito duas perguntas, os pelouros e como as pessoas estavam nos pelouros, se estavam a tempo inteiro ou a tempo parcial, se eram remuneradas ou não. -----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que tinha pedido a palavra na sequência da mesma matéria referida pelo Membro Damião de Castro. -----

----- Como todos percebiam e estariam recordados, o Executivo tivera porventura o maior número de recomposições que havia memória na história dessa zona da cidade. Diria que desde a fundação da Freguesia dos Anjos até ao momento a recomposição do Executivo já tinha sido várias vezes, com entradas e saídas. -----

----- Pesasse embora a referência feita pelo Senhor Secretário Vitor Carvalho, de que foram comunicados os pelouros, se compulsassem as atas verificavam que nem todos os Membros que passaram pelo Executivo e alguns dos que estavam tinham sido

comunicados à Assembleia. Na ata não constava e havia o Código do Procedimento Administrativo, em que tinha de constar tudo o que se passava.-----

----- Depois havia um outro aspeto, a comunicação à Assembleia de qual era o regime remuneratório, se era a tempo inteiro ou a meio tempo. Essa comunicação tinha que ser formalmente feita à Assembleia e aí estava mesmo convencido que não tinha sido feita comunicação nenhuma em relação a nenhum dos Membros. Podia ser erro seu, não tinha estado em algumas Assembleias, mas nas atas disponíveis não havia essa indicação.-----

----- De qualquer das formas, de futuro o que se recomendava era que essa comunicação fosse feita formalmente. Em vez de ser uma mera comunicação oral era por documento à Mesa da Assembleia e aí já ficava transcrito em ata sem qualquer dúvida. Era a sugestão.-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que começava pela última parte porque na realidade também ia falar um pouco sobre aquilo que dissera o Membro José Cal Gonçalves. -----

----- Tinha sido comunicada à Assembleia uma primeira composição do Executivo, mas, como sabiam, teve várias alterações. Sabia porque foi ao site, mas nem todas as pessoas teriam acesso, tinham que pôr essa hipótese. -----

----- A verdade era que na Assembleia de Freguesia, onde deviam ser informadas todas essas situações, por exemplo não sabiam qual era o pelouro que o Membro mais novo tinha no Executivo, ou quais eram os pelouros que o Senhor Tesoureiro André Gomes tinha atualmente. Isso tinha sido alterado várias vezes. -----

----- Em relação ao regulamento, estava de acordo com algumas coisas que foram ditas. Havia uma questão sobre os trabalhadores que estavam a concurso, que seria aberto um concurso. Não podiam esquecer que se mantinha o mesmo número, 55, e que havia um mapa de pessoal que votaram e aprovaram em dezembro de 2018, já lá ia um ano e ainda não entrou ninguém nem fora aberto nenhum concurso. Entraram por ajuste direto, por concurso só havia a entrada dos trabalhadores através do PREVPAP, trabalhadores precários. -----

----- Estava a falar do mapa de pessoal que aprovaram onde se falava em mais de 70 novos. Fossem ler o Orçamento para 2019. Nunca se tinha aberto concurso e quando foi aberto era para 55 funcionários, mas até ao momento ainda não estava publicado. Não sabia se era o mesmo número ou não. Esperava que até dezembro fosse aberto o concurso. -----

----- Não tinha ficado ciente sobre o que iriam fazer com o regulamento. O Senhor Tesoureiro André Gomes dizia que aceitara as sugestões que deram mas era importante para a votação saber o que iriam fazer, se iam retificar não só aquilo que tinha sido dito pelo Senhor Secretário Vitor Carvalho mas a alteração na estrutura, ou se iria manter. Não tinha percebido exatamente aquilo que pensavam fazer e isso tudo tinha influência no seu sentido de voto. -----

----- **Membro Ana Filipe (BE)** disse que tinha ficado satisfeita com a resposta, percebia, mas queria deixar claro que a questão do mapa de pessoal era muito importante e parecia-lhe que podia falar em nome de toda a Assembleia. Tinham feito um trabalho conjunto na comissão dos precários, que tinha funcionado bastante bem. Eram das Juntas de Freguesia de Lisboa que tinha conseguido levar isso mais seriamente, algo muito importante para a Junta de Freguesia e para o mandato.-----

----- O que queria deixar claro era que de maneira nenhuma queriam voltar atrás ou repetir um ciclo. Seria importante que no próximo ano, tendo em conta a revisão orgânica, que o mapa de pessoal e os vínculos de trabalho dos funcionários que já

trabalhavam com a Junta de Freguesia ou viessem a trabalhar correspondessem ao trabalho que era desenvolvido.-----

----- Relativamente ao regulamento em si e às questões levantadas pelo PCP, iria votar favoravelmente, mas gostaria de ver essas questões esclarecidas. Se não fosse um problema jurídico e desde que fossem garantidas as várias funções, não eram juristas e podiam cometer alguma gralha, mas pareciam estar garantidas todas as funções. Não havia nenhuma questão a levantar.-----

----- Aproveitava o facto de ser dia 25 de novembro, sendo uma reunião extraordinária e não havendo PAOD, mas para falar da Marcha do Dia Contra a Violência Doméstica e Direitos das Mulheres, que tinha partido da Freguesia, no Intendente. Gostava de deixar essa ressalva verbal e de mostrar o voto de louvor à Marcha.-----

----- **O Tesoureiro do Executivo, André Gomes**, disse que não iam aceitar as propostas apresentadas pelo PCP, através da Membro Fernanda Lacerda. Não iriam alterar. Entendiam que era uma questão só de articulado. Mantinham e tomavam boa nota para fazer na próxima alteração.-----

----- Relativamente à questão do concurso, eram pessoas de palavra. Na Junta não tinham dinheiro e tiveram que pedir um CDC à Câmara de 800 mil euros, que foi fornecido só para a higiene urbana. Esse dinheiro era quase todo gasto em pessoal. Não podiam ter feito um concurso sem ter orçamento e daí que até tivessem arriscado passá-los de tempo indeterminado, porque poderia no futuro comprometer a Junta, mas estavam a pensar que a Câmara teria que dar sempre dinheiro para a higiene urbana. A Junta não tinha receitas suficientes sozinha.-----

----- O que ia da Câmara também se refletia no pessoal e o concurso estava aberto para os 55. A necessidade era tão urgente de limpeza na Freguesia que tiveram de fazer ajustes diretos, entretanto. Era o que estavam a fazer a cerca de 40, a recibos verdes e que tinham preferência no concurso. A própria Lei do Trabalho em Funções Públicas contemplava, tinham prioridade sobre quem ia de fora.-----

----- Já tinha assinado para publicação em Diário da República, faltava a publicação na Casa da Moeda. A partir daí trabalhava-se logo no concurso. Tudo levava o seu tempo, desde julho que estavam a trabalhar nisso e não era só dizer por dizer.-----

----- **O Secretário do Executivo, Vitor Carvalho**, disse que aproveitava para responder ainda sobre a questão da distribuição de pelouros.-----

----- Tinham acontecido de facto algumas alterações no mandato e a última fora em outubro. Era a primeira Assembleia que tinham depois do Executivo ser reformulado. Tinha consigo o edital e, se a Senhora Presidente da Assembleia achasse oportuno, passava a ler o edital com os pelouros e os respetivos Vogais, quem se encontrava a tempo inteiro e a meio tempo. Se entendessem que a formalização era necessária, haveria todo o gosto na próxima Assembleia formalizar a distribuição dos pelouros. Podiam ter agendado para a presente reunião, mas se a Assembleia entendesse não ser suficiente a leitura do edital, então formalizariam essa questão com todo o gosto.-----

----- **Membro José Cal Gonçalves (PSD)** disse que formalmente devia ser de outra forma, comunicando à Mesa da Assembleia formalmente por escrito e não só a questão dos pelouros, mas também a questão da distribuição dos tempos inteiros e dos meios tempos.-----

----- Tinha uma nota de precisão. A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas não previa que os contratados a recibo verde tivessem prioridade na contratação a tempo indeterminado. O que a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas previa era que aqueles que estavam contratados em regime de tempo determinado, esses sim tinham prioridade no concurso. Senão voltavam à regra dos precários, entravam outra vez pela porta do recibo verde. A Lei, na última redação, tinha fechado essa possibilidade.-----

----- Coisa distinta era que efetivamente, na abertura do concurso, quem já estava em funções tinha alguma experiência. Em sede de apreciação pelo júri podiam concluir que já conheciam ao que iriam. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** disse que iriam aguardar o envio formal da comunicação à Assembleia sobre as funções e os regimes de permanência. -----

----- Seguidamente, submeteu à votação a **alteração ao Regulamento de Funcionamento dos Serviços da Junta de Freguesia de Arroios e respetivo organograma**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor (PS, BE, PAN e IND.), 2 votos contra (PCP) e 3 abstenções (PSD). -----

----- Esgotada que estava a ordem de trabalhos, deu por encerrada a sessão, eram vinte e duas horas e quarenta minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1°.SECRETÁRIO Pedro Nunes 2°.SECRETÁRIO João Jacinto  
----- PRESIDENTE -----

*m2 h 2 t*